

VIVÊNCIAS NO ENSINO MÉDIO INSPIRADAS NOS MODELOS DAS NAÇÕES UNIDAS: O COMITÊ DE EXTENSÃO E PREPARAÇÃO PARA FÓRUNS DO IFMUNDI

*EXPERIENCES IN HIGH SCHOOL INSPIRED BY MODELS UNITED
NATIONS: THE COMITÊ DE EXTENSÃO E PREPARAÇÃO PARA FÓRUNS
DO IFMUNDI*

Roberta dos Reis Neuhold^I 

Isadora Hors Bitencourt^{II} 

^I Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul, IFRS, Campus
Osório, Osório, RS, Brasil.
Doutora em Educação. Docente
do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul. E-mail: roberta.
neuhold@alumni.usp.br

^{II} Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul, IFRS,
Campus Osório, Osório,
RS, Brasil. Discente. E-mail:
isadorabitencourt1311@gmail.
com

Resumo: Este artigo relata a experiência de um projeto de extensão que fomenta vivências interdisciplinares no ensino médio inspiradas nos Modelos das Nações Unidas (MUNs). Denominado Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNDi, foi criado como uma ramificação de um projeto de ensino que acumula, desde 2017, experiências exitosas de exercícios de simulação de conferências, cúpulas, assembleias e outras reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU) e do poder legislativo brasileiro. O projeto de extensão alargou o público das simulações, abrindo-as para a comunidade externa, ao mesmo tempo em que desenvolveu recursos para qualificar tal participação. Para tanto, empreendeu uma pesquisa documental e uma revisão bibliográfica que subsidiou a criação de sínteses, vídeos didáticos e jogos pedagógicos que compuseram dois produtos: um curso on-line aberto e gratuito, de oferta continuada, sobre a ONU e os MUNs; e o protótipo de um kit pedagógico físico, com materiais diversificados para serem utilizados na educação básica com a mediação de docentes das escolas e da equipe do projeto. Além disso, promoveu a simulação de uma cúpula da ONU e uma palestra sobre o Sistema das Nações Unidas, ambas atividades realizadas, pela primeira vez, em um formato totalmente on-line, adaptando-se às restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Ao final, o artigo sublinha o potencial dos MUNs para articular teoria e prática, desafiando os discentes a reorganizarem o fragmentado conhecimento disciplinar em argumentos e estratégias comprometidos com a superação de problemas locais e globais.

Palavras-chave: Modelos das Nações Unidas; Simulações; Extensão; Ensino médio; Direitos humanos.

Abstract: This paper reports the experience of an extension project that promotes interdisciplinary experiences in high school inspired by the Models United Nations (MUNs). The Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNDi was created as a branch of a teaching project, which has been accumulating, since 2017, successful exercise experiences of simulation for conferences,



DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i33.463>

Submissão: 04-03-2021

Aceite: 01-06-2021



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

summits, assemblies and other meetings of United Nations (UN) and the Brazilian Congress. The extension project opened the simulations to the external community and developed resources to qualify such participation. Therefore, it did a desk research and a bibliographic review that subsidized the creation of syntheses, didactic videos and pedagogical games that composed two products: an open and free online course, of continuous offer, about the UN and the MUNs; and the prototype of a physical pedagogical kit, with diversified materials to be used in high school, with the mediation of teachers and the project team. Furthermore, it promoted the simulation of an UN summit and a lecture on the United Nations System, both activities carried out, for the first time, in a completely online format, adapting to the restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. Finally, the article highlights the potential of MUNs to articulate theory and practice, challenging students to reorganize fragmented disciplinary knowledge into arguments and strategies committed to overcoming local and global problems.

Keywords: Model United Nations; Simulations; Extension; High school; Human rights.

Introdução

As simulações da Organização das Nações Unidas (ONU) ou os Modelos das Nações Unidas são exercícios nos quais estudantes da educação básica e/ou do ensino superior encenam conferências, cúpulas e assembleias da ONU. Mais conhecidos pela sigla advinda da designação em inglês *Model United Nations* (MUN), os MUNs, em suas variações, também podem abarcar simulações de outros organismos internacionais ou até de órgãos nacionais, como casas legislativas e tribunais de justiça.

As Nações Unidas estimam que “centenas de milhares de estudantes em todo o mundo participem anualmente de MUNs em todos os níveis educacionais, da escola primária à universidade” (UNITED NATIONS, [20-], tradução nossa). Comumente, esses MUNs são atividades extracurriculares organizadas pelas próprias escolas e universidades. Alguns atendem o público interno à instituição e outros, sobretudo os promovidos pelas universidades, configuram-se como projetos de extensão de mais largo alcance. Podem, ainda, estruturar-se em ambientes competitivos, com equipes mobilizando suas habilidades para apresentar a melhor performance na solução de questões jurídicas, ou em ambientes colaborativos, quando é incentivada a construção de consensos em nome da elaboração de uma agenda de desenvolvimento (MARTINS; COSTA; PALHARES, 2018, p. 12-13).

Embora a ONU não emita registros ou certificação para os MUNs, costuma incentivá-los. Em 2020, lançou um manual para orientar tais exercícios – o MUN Guide General Assembly (Guia MUN da Assembleia Geral) –, centrado no único órgão que garante assento para todos os Estados-membros: a Assembleia Geral. Na publicação, a organização é apresentada em termos históricos, políticos e administrativos, para, em seguida, serem abordados conceitos e práticas que permeiam a ação dos agentes políticos reunidos na Assembleia Geral, o que envolve desde planos de

trabalho e regras de procedimentos, até funções e responsabilidades de cada ator (sejam lideranças, representantes de Estados-nação ou funcionários das Nações Unidas). Há, ainda, seções detalhadas com o passo a passo para a fundação e a atuação em um MUN.

Segundo a ONU, tais modelos incentivam os “jovens a se engajarem na elaboração de agendas globais ou na solução de disputas e conflitos internacionais” (UNITED NATIONS, [20-], tradução nossa). Difundem, ainda, a agenda desse que é o maior organismo de cooperação internacional do mundo e formam quadros em potencial para atuarem nos seus escritórios e agências. Na própria página eletrônica das Nações Unidas, há uma galeria intitulada “Do Modelo ONU à ONU real” (tradução nossa), com fotos de funcionários que, no passado, fizeram parte dos MUNs.

Martins, Costa e Palhares (2018, p. 14) consideram os Modelos das Nações Unidas “metodologias de vanguarda” que permitem aos estudantes reconhecerem a interdependência entre o desenvolvimento local e o global e, ao mesmo tempo, conscientizarem-se e resistirem aos efeitos da globalização. Alinhados ao conceito de “educação para a cidadania global” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (2015; 2016), também estimulam “a solidariedade, o respeito e a empatia em relação a outros povos” (MARTINS; COSTA; PALHARES, 2018, p. 14).

Inspirado nos MUNs, o projeto de ensino “IFMUNdi: promovendo debates, produzindo conhecimento” transforma, desde 2017, o Campus Osório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) em palco de acalorados debates entre estudantes do ensino médio integrado ao técnico, em simulações de órgãos e eventos da ONU e do Congresso Nacional ou Câmaras Municipais. No ano de 2020, ampliou seus objetivos e escopo de atuação com o “Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi”, projeto de extensão que viabilizou tanto a transposição desse exercício de simulação para além do campus, acolhendo estudantes da educação básica de diferentes escolas e Estados, quanto a introdução de inovações para qualificar a atuação discente nos debates.

O presente artigo apresenta justamente a experiência desse comitê em 2020, ano em que foi criado e, apesar de modificado devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19, executado. O texto principia com a metodologia do projeto de extensão e do projeto de ensino ao qual está articulado. Em seguida, discute seus resultados e adaptações para um contexto de exigência de distanciamento físico entre os participantes das simulações e de outras atividades formativas, ou mesmo entre os membros da equipe executora, acompanhada da inviabilidade de utilização das dependências do campus. As considerações finais destacam a contribuição dos MUNs para promover espaços de articulação entre a teoria e a prática, de valorização dos direitos humanos e de vivências democráticas.

Metodologia

O Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi foi idealizado como uma ramificação de um projeto de ensino conhecido como IFMUNdi, desenvolvido desde o

ano de 2017. Ambos os projetos, o de ensino e o de extensão, possuem uma equipe executora – denominada “secretariado” – formada por estudantes do ensino médio integrado ao técnico e coordenada por docentes. O secretariado planeja, estuda, produz materiais e viabiliza todas as atividades previstas, entre as quais estão as simulações. Em 2020, o projeto de ensino teve quatro bolsistas e uma estudante voluntária, enquanto o projeto de extensão dispunha de uma bolsista, proponente da ação inscrita em um edital piloto de concessão de apoio financeiro para atividades de extensão propostas por estudantes do IFRS (2020a). Ambos foram coordenados por uma professora de Ciências Sociais.

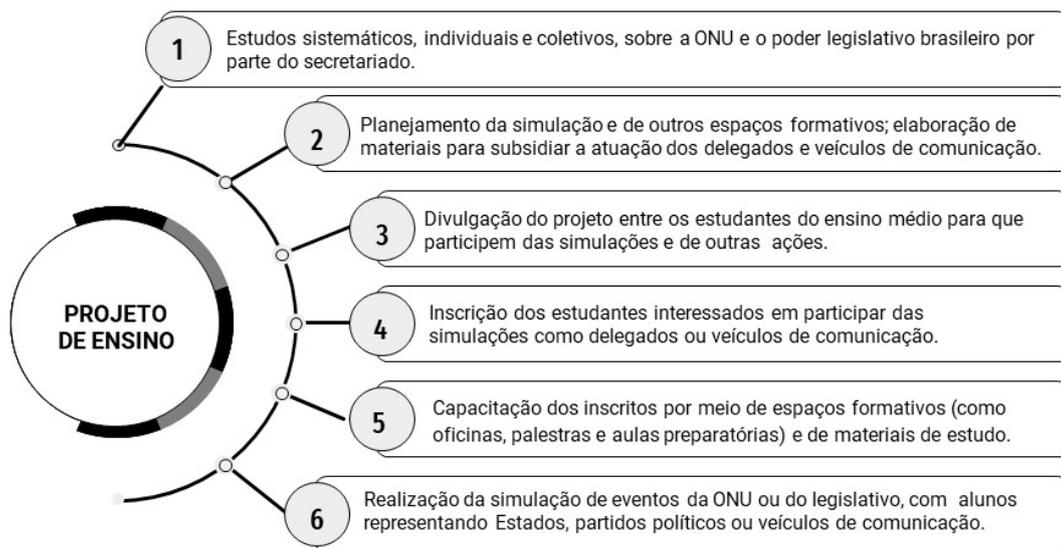
Anualmente, o projeto de ensino IFMUNdi inicia suas atividades depois de formalizado institucionalmente e constituída a sua equipe, cumprindo os trâmites dos editais internos de bolsas de ensino para estudantes. A cada edição são promovidas duas simulações, uma centrada na ação de determinado órgão das Nações Unidas e outra nas atividades do poder legislativo brasileiro. Ao final do projeto, que tem duração de seis a nove meses, os resultados são publicados em relatórios e apresentados em, pelo menos, duas mostras de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Convém esclarecer que, no âmbito do IFRS (2017), os projetos de ensino são voltados para o público interno à instituição e consistem em “atividades de caráter temporário ou permanente, elaboradas e propostas por um ou mais professores e/ou técnicos-administrativos” e que incluem, obrigatoriamente, estudantes em sua equipe executora. Visam a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis e modalidades de ensino, podendo envolver inovações na prática pedagógica ou nos cursos, ampliar ou aprofundar as vivências dos discentes para além das previstas no Projeto Pedagógico do Curso e até integrar o ensino com a pesquisa e a extensão.

As atividades do projeto de ensino IFMUNdi têm sido organizadas em seis etapas (Figura 1). Na primeira, o secretariado realiza estudos sistemáticos (individuais ou coletivos), fundamentados em pesquisas bibliográficas e documentais, sobre a Organização das Nações Unidas e o poder legislativo brasileiro, a depender do órgão simulado na ocasião e do tema que será foco da construção de uma agenda. A segunda etapa envolve o planejamento da simulação e de outros espaços formativos, distribuindo os discentes da equipe executora em três comissões: evento (responsável pela elaboração do guia de regras da simulação, pela organização das inscrições e pelo cerimonial das atividades), formativa (centrada na elaboração de um guia de estudos e de cartas de posicionamento dos delegados das simulações) e comunicação (voltada para a produção de materiais e divulgação das atividades). Na terceira etapa, o projeto é divulgado da forma mais ampla possível entre estudantes do ensino médio para que participem das suas ações, em especial da simulação. A inscrição dos interessados em participar das simulações como delegados (representando Estados-membros da ONU, senadores ou deputados) e veículos de comunicação (jornais, rádios, portais de notícias e redes de televisão) acontece na quarta etapa. Na quinta, é realizada a capacitação dos inscritos por meio de espaços formativos (como oficinas, palestras e aulas preparatórias) e dos materiais de estudo produzidos pela equipe executora. Embora as simulações sejam exclusivamente encenadas pelos estudantes inscritos (que representam Estados-membros da ONU, senadores ou integrantes de agências de comunicação) e pelo secretariado

(que cuida do cerimonial, compõe a mesa diretora, media as discussões e coordena as agências de comunicação), as demais atividades formativas são abertas para o público em geral. Somente na última etapa é realizada a simulação, que se estende por dois dias de intensos debates e culmina na elaboração de uma resolução final, agenda ou projeto de lei sobre o tema debatido, além de material jornalístico (notícias escritas e vídeos). Com a pandemia da Covid-19, o IFMUNdi adaptou todas as suas atividades para que fossem realizadas de forma exclusivamente remota, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação.

Figura 1 – Etapas do projeto de ensino

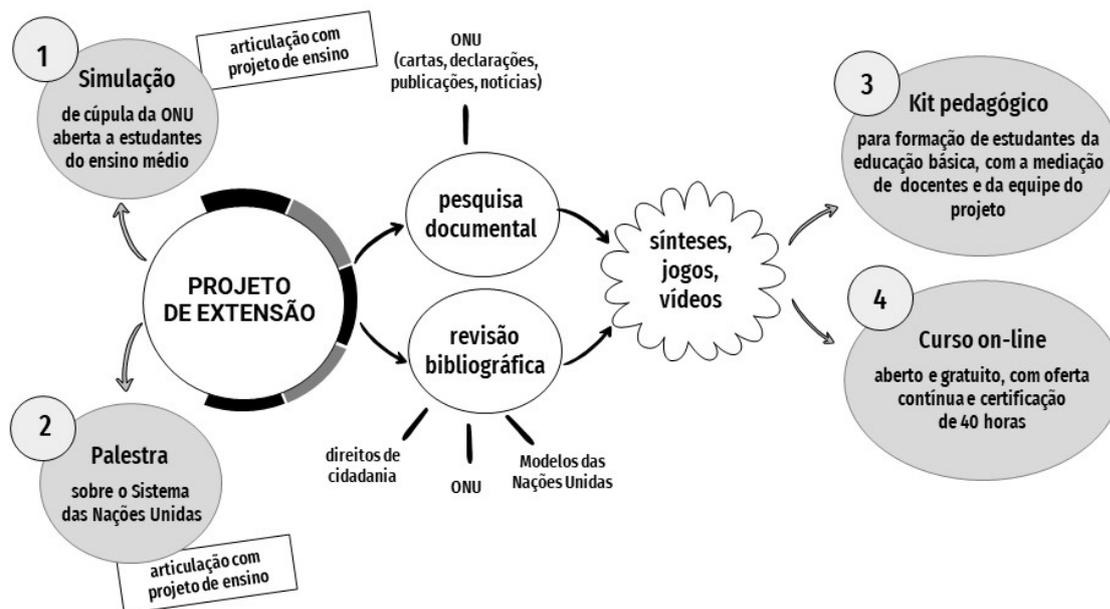


Fonte: As autoras.

O Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi, por sua vez, foi planejado para ampliar as atividades do já consolidado projeto de ensino, articulando-o com ações de pesquisa e extensão e abrindo-o para a comunidade externa. O projeto de extensão partiu de uma pesquisa documental cujas fontes, considerando a classificação de Marconi e Lakatos (2015), foram arquivos públicos e eletrônicos das Nações Unidas e de seus principais órgãos. Nessa pesquisa, foram consultados documentos escritos (como declarações, cartas, resoluções, organogramas, cartilhas etc.) e audiovisuais (como documentários e vídeos institucionais). À pesquisa documental somou-se uma revisão da literatura do tipo narrativo (ROTHER, 2007) sobre os direitos de cidadania e, especialmente, sobre os direitos humanos, bem como a respeito dos Modelos das Nações Unidas. O foco foram publicações impressas e eletrônicas com vistas a fundamentar, no plano teórico e metodológico, os materiais produzidos.

Tanto a pesquisa documental quanto a revisão da literatura foram sucedidas pelo esforço de transposição de tais conteúdos na forma de sínteses, vídeos didáticos e jogos pedagógicos acessíveis a estudantes da educação básica, favorecendo o conhecimento sobre, por um lado, o histórico, os princípios e os órgãos da ONU, e, por outro, o processo de construção da noção de direitos de cidadania e de direitos humanos, além do contato com a dinâmica e as regras de simulações escolares e acadêmicas inspiradas nos Modelos das Nações Unidas (Figura 2).

Figura 2 – Metodologia e resultados do projeto de extensão



Fonte: As autoras.

Como registrado na Figura 2, no ano de 2020, o projeto de extensão, integrado ao projeto de ensino, promoveu (1) a simulação da Cúpula do Milênio e (2) uma palestra sobre o Sistema das Nações Unidas, com a participação de uma pesquisadora da área, ambas atividades abertas ao público externo e realizadas de forma on-line, fazendo uso do serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela empresa *Google*, o *Google Meet*. Por sua vez, o processo de pesquisa documental e de revisão bibliográfica, que permitiram a produção de sínteses, vídeos didáticos e jogos pedagógicos, deu origem (3) a um curso on-line aberto e gratuito sobre a Organização das Nações Unidas e os Modelos das Nações Unidas, ofertado na plataforma *Moodle* do IFRS, com certificação de 40 horas; e (4) ao protótipo de um “kit pedagógico” físico, com materiais diversificados para serem utilizados na educação básica, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, com a mediação de docentes das escolas e da própria equipe executiva do projeto.

Resultados e discussão

Originalmente, o Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi foi redigido como um projeto de extensão focado nas escolas públicas da microrregião abrangida pelo Campus Osório do IFRS, ou seja, do litoral norte do Rio Grande do Sul. Com cerca de 46 mil habitantes e seis escolas de ensino médio, entre públicas e privadas, o município que sedia o campus mostrava-se como um espaço fecundo para um projeto piloto que poderia ter alcance entre uma parte significativa de estudantes do ensino médio e multiplicar uma experiência exitosa em curso na instituição.

O objetivo geral era impulsionar a reflexão crítica e o debate democrático, entre estudantes do ensino médio, sobre a atuação de organismos internacionais e/ou órgãos nacionais

para enfrentar problemáticas contemporâneas, a partir de exercícios de simulação e de outras atividades formativas voltadas para o aprimoramento de técnicas de negociação, argumentação e escrita. De forma específica, o projeto abriria inscrições nas simulações para estudantes do ensino médio externos ao campus. Antes disso, promoveria quatro encontros formativos em escolas do município de Osório, fornecendo subsídios para que os alunos se engajassem de forma qualificada nas simulações. Para além de difundir um modelo de simulação que se consolidava como uma experiência interdisciplinar bem-sucedida, o Comitê de Extensão, por ter sido planejado para atingir, preferencialmente, estudantes do último ano do ensino médio, também se tornava relevante na divulgação do campus e, conseqüentemente, de seus cursos do ensino superior e subsequentes ao ensino médio. Desse modo, teria o potencial de formar público para os cursos de uma forma inovadora: não se tratava de informar sobre a instituição e sim de propiciar que estudantes da região a vivenciassem a partir de suas ações de extensão.

Com a pandemia da Covid-19, o IFRS assim como todas as instituições de ensino do país, suspendeu as atividades presenciais a partir de março de 2020, na tentativa de evitar a rápida propagação do coronavírus e a sobrecarga dos sistemas de saúde (SZWARCOWALD *et al*, 2020). Essa restrição afetou não apenas as atividades de ensino, mas também as de pesquisa e de extensão. Editais internos de fomento a projetos tiveram seus cronogramas adiados, tendo sido liberados para vigência, a partir de setembro de 2020, somente para aquelas equipes que assegurassem o seu desenvolvimento de forma exclusivamente não presencial (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2020a). Para ser realizado, portanto, o Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi passou por uma reformulação, visto que as atividades planejadas inicialmente ocorreriam de maneira presencial (Figura 3).

Figura 3 – Objetivos originais do projeto de extensão e adaptações realizadas para viabilizar sua implementação em um cenário pandêmico

Objetivos originais	Situação diante do cenário pandêmico
Promover quatro encontros formativos com alunos externos ao campus.	Modificado , com a elaboração de um curso online e massivo e de um kit pedagógico para ser usado no cenário pós-pandemia.
Impulsionar a reflexão coletiva sobre problemáticas contemporâneas por meio de simulações.	Viabilizados por meio da promoção de simulação e de oficina formativa, bem como da elaboração de materiais didáticos digitais, tendo sido adaptado para o formato remoto.
Fomentar o contato com os direitos humanos e a compreensão acerca da atuação da ONU.	
Possibilitar a divulgação dos cursos de ensino superior e subsequentes do IFRS por meio de atividades do projeto nas dependências do campus.	Cancelado devido à suspensão das atividades presenciais no campus.

Fonte: As autoras.

Dada a impossibilidade de promoção de oficinas nas escolas, optou-se pela elaboração de um curso on-line, disponibilizado em ambiente virtual, por meio do *software* livre de apoio à aprendizagem *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, conhecido pela sigla *Moodle*. O curso foi planejado como uma introdução à Organização das Nações Unidas direcionada ao público que pretende atuar em simulações acadêmicas e escolares. Divide-se em três módulos, abordando (1) os antecedentes históricos da ONU, a sua formação e a centralidade dos direitos humanos entre os seus princípios; (2) o sistema das Nações Unidas, com destaque para os principais órgãos, entre os quais a Assembleia Geral, o Secretariado, a Corte Internacional de Justiça e os conselhos Econômico e Social, de Segurança e de Tutela; e (3) os Modelos das Nações Unidas, com uma conceituação inicial e alguns princípios de funcionamento, em uma versão mais simplificada do que a proposta pela ONU no Guia MUN da Assembleia Geral (2020), à semelhança do próprio IFMUNdi. Com 40 horas de duração, o curso é gratuito, de oferta continuada, sem tutoria, aberto à população interna e externa ao IFRS mediante inscrição, com certificação para os concluintes que cumprirem os requisitos mínimos. Entre os materiais e recursos, destacam-se textos e vídeos didáticos (ilustrados com desenhos autorais e narrados, com tradução para Libras) (Figura 4), organogramas, questionários e documentos oficiais das Nações Unidas, além de sugestões de filmes e de textos complementares.

Figura 4 – Captura de tela de trecho de vídeo didático produzido no âmbito do projeto de extensão sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos



Fonte: As autoras.

Com a verba de custeio que seria destinada às atividades com os estudantes da educação básica e que, junto com a bolsa para uma estudante do ensino médio, fez parte da concessão de apoio financeiro para o projeto de extensão, foi construído um kit pedagógico, composto por materiais voltados para a formação de estudantes para atuarem em simulações. O kit contém materiais produzidos pela equipe do projeto – como quizzes e cartões informativos –, pelas Nações Unidas – como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948) – e por outras instituições, como o jogo *Purposyum: Challengers of Justice* (Propositório: desafios da

justiça), desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a ONU. Reunidos em uma caixa-arquivo, esses recursos pedagógicos, com sugestões de uso, poderão ser utilizados em encontros presenciais para a formação de estudantes acerca dos direitos humanos, da ONU, do funcionamento dos Modelos das Nações Unidas, assim como para a potencial participação em simulações. O kit foi elaborado como um protótipo que, depois de testado, poderá dar origem a outros exemplares, facilitando o seu empréstimo para escolas interessadas. Será, assim, usado como um recurso de apoio para que docentes e estudantes que participam da organização de simulações atuem como mediadores na preparação e difusão desses exercícios.

Em relação à realização de uma simulação aberta ao público, o “Comitê de Extensão” atuou conjuntamente com o projeto de ensino IFMUNdi. Isso quer dizer que seus membros participaram de forma integrada em atividades e processos que culminaram na simulação de um evento histórico: a Cúpula do Milênio das Nações Unidas que, no ano 2000, definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para combater a extrema pobreza (PNUD Brasil, 29 jun. 2016). A simulação aconteceu em duas tardes, debruçou-se sobre quatro dois oito ODMs e reuniu 18 estudantes inscritos como delegados e agentes de comunicação, de sete instituições educacionais diferentes, localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além dos seis bolsistas membros do secretariado. Pela primeira vez, o projeto simulou um evento histórico e de forma on-line (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2020b) (Figura 5). O exercício foi precedido por um encontro formativo sobre a Organização das Nações Unidas, que contou com a participação de uma professora da área do Direito, doutora em Relações Internacionais, sendo aberto ao público em geral e não apenas aos inscritos na simulação.

Figura 5 – Cronograma da simulação divulgado na rede social Instagram do projeto



Fonte: IFMUNdi (2020).

Ao término da simulação, os participantes avaliaram-na por meio de questionário eletrônico, com perguntas fechadas e abertas, produzido e compartilhado por meio do *Google Forms*, aplicativo de gerenciamento de pesquisas. Em relação ao uso dos materiais de estudos

produzidos pelo secretariado, todos os estudantes inscritos afirmaram ter consultado as cartas de posicionamento (que orientam quais tópicos são defendidos pelo Estado-membro ou veículo de comunicação representado), 70% o guia de estudos (com um panorama do evento simulado, contextualizando-o e dissertando sobre o tema debatido e os Estados participantes) e 30% o guia de regras (com os procedimentos das sessões, tempo de fala, regras de decoro, sanções, tipos de moções etc.). Quanto ao tempo destinado à simulação, 60% consideraram os dois dias suficientes, enquanto 40% julgaram-no exíguo para atender toda a pauta. Convém esclarecer que as simulações dos anos anteriores, promovidas nas dependências do campus de forma presencial, estendiam-se por dois dias inteiros (manhã e tarde), com intervalos para descanso; entretanto, em 2020, o período foi ajustado, dada a exigência de sua realização na modalidade remota e a previsão de que se tornaria demasiadamente cansativo caso se estendesse por mais de um turno (Figura 5).

No questionário de avaliação da simulação, os inscritos também puderam indicar (1) aspectos positivos e (2) aspectos negativos sobre a simulação, além de registrarem (3) sugestões para o secretariado por meio de três questões abertas. Nelas deveriam completar as seguintes sentenças: (1) “que legal que...”, (2) “que pena que...” e (3) “que tal se...”. Em resposta ao primeiro item, enaltecem a iniciativa de simular um evento histórico (“nunca tinha visto um assim antes”, escreveu um inscrito) e que, “apesar de histórico, estava bem próximo das nossas realidades”; os materiais disponibilizados e “muito bem elaborados”; o formato virtual, que possibilitou a participação de “pessoas de outras instituições de ensino e até mesmo de diferentes Estados”; a organização “muito prestativa” e que conseguiu se aproximar do modelo presencial; a qualidade do debate, qualificado como “produtivo”, “respeitoso, com diversidade de opiniões”. Quanto aos aspectos negativos, citaram a escassez de tempo para “debater tudo”; a falta de familiaridade dos participantes com as regras da simulação – o que é corroborada pela baixa adesão à leitura do guia de regras – e, conseqüentemente, a “perda de tempo, no primeiro dia, para explicar as regras das sessões”; a plataforma virtual, que não seria muito boa para modelos de simulação; a dificuldade de participação de alguns delegados, que “falam pouco” ou “não se sentem seguros para falar”; o desafio de encontrar materiais complementares sobre o posicionamento de todos os Estados; algumas confusões da mesa diretora sobre a ordem de fala ou fluxo dos debates; não haver representação de tantos países; ausência de momentos de confraternização. Entre as recomendações, sugeriram debater um e não dois tópicos por dia; usar outras plataformas; treinar os delegados com antecedência; discutir temas do presente e da esfera nacional, “como a pandemia do coronavírus e todas as suas conseqüências”; ser no formato presencial; estabelecer um mínimo de intervenções para cada participante, para que se comprometam a se posicionar para o público com maior frequência. Dos participantes, 90% afirmaram que gostaram de participar da simulação, sendo que todos acenaram para a intenção de se inscreverem em novo exercício planejado para ocorrer três meses depois.

As simulações no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: diálogos entre o local e o global

Por fim, cabe situar esses exercícios de simulação, inspirados nos Modelos das Nações Unidas, entre os objetivos e finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Instituídos em 2008 pela lei nº 11.892, que também inaugurou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os Institutos Federais compuseram um divisor de águas na história da educação profissional brasileira. A quase centenária rede federal de educação profissional passou de 140 unidades, em 2005, marco do plano de expansão que três anos depois seria formalizado na lei nº 11.892, para 660 em 2019 (BRASIL, 2020). Dessas unidades, 90% eram Institutos Federais, uma nova institucionalidade que enuncia, entre seus princípios educativos, a formação humana integral, o trabalho enquanto princípio educativo e a prática social como fonte de conhecimento (PACHECO, 2010). Outro aspecto a destacar diz respeito à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com o desenvolvimento territorial. Convém pontuar que, entre as finalidades e características dos Institutos Federais, é prevista a oferta de educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos para a “atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008). A ela se soma a promoção da “educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008). A própria oferta formativa dos campi, nos termos da lei, deve ser orientada “em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural” (BRASIL, 2008). Em outros termos, os Institutos Federais trazem em sua concepção a construção de estruturas curriculares que articulem a preparação para o mundo do trabalho com o entendimento e, no limite, o próprio “domínio das tecnologias a ele concernentes” (NEUHOLD; ANDREOLI, 2020, p. 231), na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Ora, a reflexão e a busca de soluções para problemas sociais, econômicos e políticos estão no cerne dos Modelos das Nações Unidas. Ainda que, no geral, tais modelos direcionem o debate para questões globais, em um mundo, destaque-se, globalizado, também favorecem o olhar para as dinâmicas locais. Isso porque, como ressalta Ladislau Dowbor (2007, p. 17), “nem tudo foi globalizado”. Veja o caso do entorno de nossas moradias, ou seja, do bairro, cujas evidências mostram que há problemas de infraestrutura a serem resolvidos na esfera local e não na global. Não se trata, porém, de negar a globalização e sim de “utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade” (DOWBOR, 2007, p. 18). No mais, embora a cidadania seja exercida “em diversos níveis, é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta” (DOWBOR, 2007, p. 18). E é aqui que a dimensão da educação se sobressai: por meio da “compreensão de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local” (DOWBOR, 2007, p. 18), com o estudante interpretando o contexto local inserido no contexto global (UNESCO, 2015).

Nesse sentido, os estudantes que participam das simulações são colocados diante de problemas reais e desafiados a pensar e a debater sobre eles, negociar uns com os outros, lidar com o dissenso e, mais do que isso, construir agendas que caminhem para o seu enfrentamento. Vale lembrar, ainda, que muitos exercícios inspirados nos Modelos das Nações Unidas, como o IFMUNdi, acolhem simulações de órgãos nacionais, como câmaras e assembleias legislativas, o que estimula o debate sobre problemas diretamente vinculados às realidades locais. Mesmo representando a ação de chefes de Estado, parlamentares ou jornalistas, aproximam-se de questões que afetam a qualidade de vida de sua comunidade ou de diferentes povos e, concomitantemente, com as inúmeras dificuldades envolvidas na sua superação. Nesse processo, organizam o conhecimento fragmentado da sala de aula, tal como lhe é apresentado na organização disciplinar dos currículos escolares, de forma prática para construir seus argumentos e desconstruir outros. Esses mesmos estudantes também são incentivados a tomar parte no debate colocando-se no lugar do “outro” – o outro Estado-nação, o outro povo, o outro ator político, o outro partido etc. – com o qual não concordam, necessariamente, tampouco se identificam. Para Martins, Costa e Palhares (2008, p. 35), “ao ser desafiado a apresentar as ideias e soluções de outros povos para os problemas mundiais, o educando se torna capaz de entender o mundo no plural e não no singular, o que lhe permite superar as contradições entre a identidade e a heterogeneidade e buscar um princípio comum de humanidade”.

Por fim, recuperando o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, estabelecido durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos da ONU em 2004, Martins, Costa e Palhares (2018, p. 12) sublinham a conexão entre os modelos de simulação e os preceitos da educação para a cidadania global. Marcada pela “interdependência e a interconexão política, econômica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global”, a cidadania global é conceituada pela Unesco (2016, p. 14) como o “sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum”. Nessa perspectiva, abrange três dimensões conceituais ou áreas de aprendizagem: (1) a cognitiva, abrangendo a “aquisição de conhecimento, compreensão e pensamento crítico sobre questões globais, regionais, nacionais e locais, bem como sobre as inter-relações e a interdependência dos diferentes países e grupos populacionais”; (2) a socioemocional, caracterizada pelo “sentimento de pertencer a uma humanidade comum, que compartilha valores, responsabilidades, empatia, solidariedade e respeito às diferenças e à diversidade”; e, por fim, (3) a comportamental, envolvendo a “atuação efetiva e responsável, em âmbito local, nacional e global, por um mundo mais pacífico e sustentável” (UNESCO, 2016, p. 14-15). Assim, a educação para a cidadania global pressupõe metodologias, conceitos e práticas multifacetadas, mobilizando “abordagens formais e informais, intervenções curriculares e extracurriculares e mecanismos de participação convencionais e não convencionais” (UNESCO, 2015, p. 10). A pedagogia das simulações seria justamente um exemplo de instrumento político-pedagógico propício para difundir valores e conceitos associados aos direitos humanos e alinhados às máximas dessa a educação para a Cidadania Global (MARTINS, COSTA, PALHARES, 2018).

Considerações finais

O Comitê de Extensão e Preparação para Fóruns do IFMUNdi objetivava abrir as simulações inspiradas nos Modelos das Nações Unidas (MUNs) promovidas pelo projeto de ensino IFMUNdi para a comunidade externa ao campus, fomentando a participação de estudantes de escolas do município de Osório em vivências exitosas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Para tanto, previa a realização de oficinas com alunos, voltadas ao estudo do tema e do funcionamento das sessões de debate e da estrutura do órgão representado, bem como ao exercício de técnicas de oratória, argumentação e escrita. Essas atividades formativas qualificariam a participação dos estudantes nas simulações, além de aproximá-los do IFRS e de seus estudantes. Mais do que estabelecer pontes entre a teoria e a prática, promover o crescimento acadêmico e humano e a valorização da democracia e dos direitos humanos, esperava-se, como um potencial desdobramento do projeto de extensão, que os estudantes do município, sobretudo os concluintes do ensino médio, se aproximassem do IFRS a partir de suas atividades e passassem a considerá-lo como um caminho possível para darem prosseguimento aos estudos nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio ou no ensino superior.

Com o cenário de calamidade da saúde pública desencadeado pela pandemia da Covid-19, o projeto teve sua proposta reorganizada, sem abandonar o intuito de difundir os MUNs para além do campus. Promoveu, em dezembro de 2020, a simulação de uma cúpula da Organização das Nações Unidas e uma palestra sobre o Sistema das Nações Unidas, ambas atividades realizadas, pela primeira vez, em um formato totalmente on-line e aberto à comunidade. O processo de pesquisa documental e bibliográfica, que resultou na criação de sínteses, vídeos didáticos e jogos pedagógicos, por sua vez, deu origem a dois produtos: um curso on-line aberto e gratuito, de oferta contínua, sobre a Organização das Nações Unidas e os Modelos das Nações Unidas; e o protótipo de um “kit pedagógico” físico, com materiais diversificados para serem utilizados na educação básica, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, com a mediação de docentes da educação básica e da própria equipe executora do projeto.

A despeito da conjuntura, o projeto deu um passo importante, produzindo materiais fundamentais para que extrapole os limites do campus, articulando conceitos como desenvolvimento e direitos humanos, com as próprias finalidades e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse aspecto, os MUNs despontam como uma estratégia pedagógica com potencial de mobilizar os conhecimentos disciplinares em torno de problemáticas locais e globais, desafiando os discentes a reorganizarem os fragmentados conteúdos curriculares para desenharem agendas comprometidas com o desenvolvimento territorial.

Referências

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: PNP 2020 (ano base 2019). Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Revista de Administração Municipal**, São Paulo, ano 52, p. 15-30, 2007.

IFMUNdi. Cronograma. Instagram: @ifmundi. Disponível em: https://instagram.com/ifmundi?utm_medium=copy_link. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA O RIO GRANDE DO SUL. Campus Osório. **Resolução n. 10**, de 18 de maio de 2017: regulamentação das atividades complementares do ensino médio integrado. Osório: IFRS | Campus Osório, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA O RIO GRANDE DO SUL. **Edital n. 09/2020**. Concessão de apoio financeiro para ações de extensão propostas por estudantes do IFRS. Bento Gonçalves, 2020a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/editais/edital-ifrs-no-09-2020-concessao-de-apoio-financeiro-para-acoes-de-extensao-propostas-por-estudantes-do-ifrs/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Campus Osório. IFMUNdi realiza simulação remota e aberta para estudantes externos. Osório, IFRS, 28 dez. 2020b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/osorio/ifmundi-realiza-simulacao-remota-e-aberta-para-estudantes-externos/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA O RIO GRANDE DO SUL. **Educação a distância**: cursos online e gratuitos. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/ead/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, A. L.; COSTA, A.; PALHARES, L. M. Cidadania global e direitos humanos: efeitos educacionais do desenvolvimento de simulação da ONU no Vale do Jequitinhonha. **Monções/ Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 7. n. 14, 2018.

NEUHOLD, R. R.; ANDREOLI, R. S. Apontamentos sobre a produção científica e tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o caso do Campus

Osório do IFRS. In: VIANNA, Marcelo (Org.). **Novos diálogos com tecnologias:** perspectivas de pesquisa. Porto Alegre: Fi, 2020. p. 227-241.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PNUD BRASIL. **Declaração do Milênio.** Brasil, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001.

SZWARCWALD, C. L. *et al.* Adesão às medidas de restrição de contato físico e disseminação da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 5, 2020. DOI: 10.1590/S1679-49742020000500018.

UNESCO. **Educação para a cidadania global:** preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: Unesco, 2015.

UNESCO. **Educação para a cidadania global:** tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: Unesco, 2016.

UNITED NATIONS. From Model UN to the Real UN. In: **Model United Nations.** New York: United Nations, [20-]. Disponível em: <https://www.un.org/en/model-united-nations/model-un-real-un>. Acesso em: 16 fev. 2021.

UNITED NATIONS. Model United Nations. In: **Model United Nations.** New York: United Nations, [20-]. Disponível em: <https://www.un.org/en/mun>. Acesso em: 15 out. 2020.[S.l.]

UNITED NATIONS. **MUN Guide General Assembly.** New York: United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/model-united-nations/mun-guide-general-assembly>. Acesso em: 11 jan. 2021.

UNODOC. **The Doha Declaration.** Crime prevention and criminal justice. São Paulo: Universidade de São Paulo, [20-]. Disponível em: <https://www.unodc.org/e4j/en/secondary/non-electronic-games/purposyum.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).